

## Uma viagem pelo tempo e pelo espaço capixaba

MACEDO, Fernando César de. **História econômica e organização espacial: o caso capixaba**. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2013. 97p.

*Beatriz Tamaso Mioto*

IE/UNICAMP & The Center for Place Culture and Politics da City University of New York, EEUU

*História econômica e organização espacial: o caso capixaba*, de Fernando Macedo, é uma obra que apresenta, de forma clara e sucinta, os principais processos de formação sócio-espacial e desenvolvimento do Espírito Santo. O método de análise é extremamente rico, pois discute o caso capixaba sempre relacionado à totalidade do desenvolvimento nacional, distanciando-se das análises e propostas “localistas/vocacionais”, crescentemente presentes na literatura sobre a questão regional brasileira. Esse esforço é ainda mais importante para estados como o Espírito Santo que, por sua condição periférica desde o sistema colonial, e por ter tido uma colonização baseada na pequena propriedade, pode, na aparência, prescindir de algumas das principais características do subdesenvolvimento brasileiro. Macedo, nesse sentido, é preciso: por um lado, mostra que a incorporação paulatina do território capixaba ao longo da Colônia e, principalmente, do Império e da Primeira República, segue o *sentido da colonização* e da dependência. Por outro, sustenta que as *rugosidades* conformadas na pequena propriedade e pela imigração europeia influenciam, sobremaneira, o modo particular como se dá a produção cafeeira local – principal produto da dinâmica econômica capixaba até meados do século XX –, a urbanização e o desenho da rede urbana e, por conseguinte, as bases sobre as quais se expande a indústria a partir de 1960.

Conjuntamente à visão transversal sobre os determinantes gerais e específicos do desenvolvimento, o autor também elucida a espacialidade das principais mudanças. Nesse contexto, sua visão de espaço não se reduz à distribuição das atividades no território, de modo exclusivamente funcionalista. Ao contrário, Macedo trata a organização espacial como fundamento da reprodução da sociedade e reflexo dela, ou seja, a espacialidade é um “fato duradouro”, que contém os traços do passado, as condições do presente e as possibilidades para se

pensar o futuro. É por causa dessa visão que o texto, mesmo sendo uma coletânea de artigos, permite “viajar” pelo tempo e pelo espaço capixaba, inclusive sob uma mirada propositiva – como veremos mais adiante.

No primeiro capítulo, intitulado *Formação econômica do Espírito Santo: raízes de sua organização espacial*, Macedo se concentra na explicação da formação e evolução econômico-espacial que conformará o café como atividade dominante. O autor sustenta, previamente, que até a primeira metade do século XIX havia pouca densidade populacional e o crescimento do comércio era restrito. Somado ao crescimento esparso, ainda havia barreiras geográficas e resistência dos grupos nativos para penetrar no território, configurando – a exemplo do que se passa na maior parte do país – um estado onde a população concentrava-se, basicamente, na área litorânea.

Destarte, em condições de relativo isolamento geográfico e estagnação, é apenas com a imigração estrangeira e com o advento das plantações de café que se logra interiorizar o povoamento, integrar definitivamente a economia capixaba à dinâmica agroexportadora da economia nacional, e iniciar um processo efetivo de integração mercantil. Para o autor, a imigração configurou-se como uma alternativa em dois sentidos, de um lado, promovendo a ocupação do território através do povoamento e, de outro, do ponto de vista econômico, criando um mercado de terras (venda de lotes rurais e aumento da arrecadação tributária) sem “violar” interesses privados já constituídos. Nesse sentido, entende-se porque o grande proprietário fundiário de outrora se torna o capitalista mercantil. Este atua tanto no mercado imobiliário, como nas transações do café – geralmente, como “comprador monopsônico”, uma vez que a compra/venda da terra estava diretamente ligada à venda da produção cafeeira futura nesse mesmo espaço –, subordinando, como foi comum no país, a produção à comercialização.

Deste modo, mesmo como extensão da produção cafeeira mineira e fluminense, a base da produção capixaba era a pequena propriedade fundiária coadunada à utilização do trabalho familiar, ganhando espaço cada vez maior em detrimento do binômio *grande propriedade e escravidão*. Esse arranjo, diferentemente do que ocorre com o café paulista, resulta numa estrutura de baixa produtividade, baixa monetização, baixo assalariamento e baixa divisão do trabalho, apontando os limites que a produção do café e o capital comercial colocariam para a concentração do excedente e a diversificar da economia local.

Além disso, como ressalta Macedo, a economia capixaba foi marginal dentro do esquema de acumulação brasileiro alicerçado no café, fazendo com que o capital comercial local, mesmo controlando a produção, não tivesse força suficiente para controlar o mercado e reter a totalidade do excedente econômico. Portanto, até a primeira metade do século XX a “variável chave” da economia capixaba era a exportação e, conseqüentemente, o preço internacional do café. Porém, sem

grande diversificação, não se podiam promover alternativas ao seu principal produto.

Do ponto de vista espacial, o desenvolvimento do café foi o elemento mais importante da organização territorial do Espírito Santo até a metade do século XX. Junto às migrações internas, permitiu a estruturação de uma rede urbana cuja centralidade de Vitória já se delineava em função do porto e do crescimento das atividades urbanas, mesmo que a urbanização estivesse em patamares inferiores se comparada à do restante do país. Através de um olhar acurado sobre a intrínseca relação entre a dinâmica econômica e a transformação do território, Macedo ainda destaca o papel da infraestrutura, em que a produção do espaço cria uma base material – principalmente, através do Estado – para os processos de acumulação de capital e concentração populacional em Vitória e seu entorno.

O segundo capítulo, *Crise na agricultura, transição para uma base de acumulação urbano-industrial e a herança do café*, destaca os processos que permitiram o desenvolvimento das atividades industriais e o crescimento do setor de serviços. Em um contexto de integração do mercado nacional e de fortalecimento de indústrias complementares àquelas do centro produtivo dinâmico do país, o estado passa por mudanças em sua organização territorial. Tanto a desarticulação da produção cafeeira quanto os investimentos estatais em infraestrutura (porto e ferrovia), e o incentivo à formação da indústria (principalmente, através da Cia. Vale do Rio Doce), transformam o padrão de produção e circulação da economia capixaba.

O declínio do café ocorre em função do esgotamento da fronteira agrícola (uma vez que a intensidade do uso da terra para a produção colocava seu próprio “limite espacial”), da falta de progresso técnico (capaz de aumentar a produtividade das áreas produtoras ou modificar a forma secular de produção com base na organização familiar), e da diminuição recorrente do preço do café no mercado internacional. Já a ascensão da atividade industrial tem como característica fundamental a ação deliberada do Estado (federal e estadual) na implantação de um sistema de produção baseado em incentivos fiscais e construção/atração de grandes plantas produtivas, cujo objetivo era abastecer não apenas a economia nacional como também internacional.

Além da crise do sistema de produção local de café e da intervenção do Estado, a socioeconomia capixaba também se transforma em função do processo de urbanização – subdesenvolvida e concentrada no tempo e no espaço –, cuja correspondência com a dinâmica industrial é praticamente intrínseca. Ademais, os limites de diversificação da pequena propriedade e o fechamento da fronteira agrícola ocasionam a intensificação das migrações, que terão como destino principal a região de Vitória e seu entorno (Serra, Vila Velha, Viana e Cariacica), que na década de 1980 concentrava 34,9% da população de todo o estado.

Como explica Macedo, esse movimento acarreta, mais que qualquer tipo de mudança econômica no âmbito do capital mercantil, uma transformação radical

no território, pois cria um espaço homogêneo para as condições de expansão do capital industrial (com concentração e centralização) e, ao mesmo tempo, diferencia esse espaço, colocando-o dentro de uma divisão territorial do trabalho na escala nacional e internacional. É nos anos 1970, portanto, que se define com mais clareza o papel do Espírito Santo na dinâmica brasileira: produtor de bens industriais semielaborados e exportador líquido.

Nessa trajetória se destaca o papel do FUNRES (Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo), objeto do terceiro capítulo do livro que apresentamos: *O papel do FUNRES na transição da economia capixaba*. Nele, Macedo destrincha a participação do Fundo e de outros entes governamentais para a recuperação da economia capixaba nos anos seguintes. No entanto, mesmo que a lógica industrializante do governo do estado tenha permitido um aumento da participação da economia capixaba no VTI nacional, não ocorreu uma profunda diversificação de sua estrutura produtiva ou um espraiamento das atividades por todo território. Isso só ocorreria com a entrada das grandes empresas produtoras de semielaborados, voltadas para o mercado externo, o que não é tratado neste livro. O crescimento industrial culminou em maiores desigualdades intra-regionais, pois, com uma atuação deliberada do Estado via FUNRES, os investimentos seguiram o curso “natural” da concentração e centralização da produção (capital, trabalho e excedente) no território.

Um ponto que merece destaque na análise do autor é que a importância do FUNRES é potenciada pela articulação dos interesses de grupos urbanos locais com o governo federal, uma vez que, num contexto em que as políticas regionais ainda tinham espaço, o desenvolvimento era pensado a partir da dinâmica de acumulação processada nacionalmente – e não desarticuladamente, como viria a ocorrer depois. Não é à toa que o FUNRES perde relevância nos anos 1980 e, concomitantemente, a organização espacial capixaba vai sendo cada vez mais ditada por decisões extrínsecas ao seu território e ao território nacional.

A outra face da concentração industrial no litoral do estado e na Região Metropolitana da Grande Vitória [RMGV] foi a migração, tema do quarto capítulo do livro: *Migrações e concentração urbana no estado do Espírito Santo*. O deslocamento espacial da população é uma das consequências lógicas do aumento das desigualdades, principalmente, daquelas entre o campo e a cidade. Desta forma, ao mesmo tempo em que a RMGV se industrializava, a anterior crise do café, o empobrecimento dos solos, a concentração fundiária e a mecanização da produção agrícola produziam nas áreas rurais um forte processo de expulsão – em direção ao litoral e a outros estados da federação. Esse processo é, em alguma medida, estancado a partir dos anos 1980, porém, não por uma diminuição das desigualdades ou uma melhora nas condições gerais da economia. O é (como ocorre em outras regiões do país) em função de uma “acomodação” nas periferias urbanas e, principalmente, metropolitana em contexto de crise econômica e social permanentes.

O último capítulo do livro, *Repensando a economia capixaba*, integra a análise da história e do espaço à visão crítica do autor. Ele ressalta que, mesmo com a industrialização do estado, o importante papel de exportador que joga (fundamental na geração de divisas perante os problemas externos do subdesenvolvimento), e o maior crescimento em relação à média do país nas últimas décadas, a economia capixaba se desenvolve de forma seletiva e concentrada do ponto de vista social e territorial. Além disso, as perspectivas de investimento estão, fundamentalmente, pautadas na atividade petroleira, cuja fonte não é renovável, e no crescimento das operações portuárias ligadas às importações que, muitas vezes, vinculam-se mais à guerra fiscal do que à atividade produtiva em si.

Segundo o autor, o crescimento conjugado com a concentração pessoal e espacial da renda também impõe entraves ao desenvolvimento do interior, especialmente, da produção rural e de bens saláris, já que restringe a extensão dos mercados. Ademais, na lógica brasileira da “inserção competitiva” aos mercados internacionais, é cada vez mais difícil o crescimento de atividades que não se conectam a essas grandes esferas de valorização do capital. Esse modelo, como bem lembra Macedo, mina o mercado interno e a coordenação da economia nacional, que foram os grandes dinamizadores da produção e integração das regiões, e beneficia, fundamentalmente, as empresas exportadoras.

Vale lembrar que a construção dessa crítica não é desprovida de proposições, ainda que de difícil execução, como reconhece o próprio autor. Sua visão sustenta que é urgente colocar na agenda pública o compromisso com a interiorização e a desconcentração produtiva, que articule os mercados local e nacional, e não apenas regiões e frações de capital “escolhidas” ao chamado da economia global das grandes corporações e nações imperialistas. Isso significa, resumidamente, aumentar os centros internos de decisão e garantir o acesso da população a bens e serviços compatíveis com um padrão de vida mais digno. As possibilidades de que isso ocorra e as ferramentas necessárias que poderiam ser utilizadas nesse sentido constituem o debate fundamental que cada leitor pode e deve travar com esse breve e instigante livro.

Endereço para correspondência:

*Beatriz Tamaso Miotto* – bea.miotto@gmail.com  
365 Fifth Avenue  
10016 New York/NY, EEUU